

ATA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2024
3ª Reunião Ordinária da
Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 14h, na sala 621 do edifício sede do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco L, reuniram-se os membros da CNEBS (Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos), para a terceira reunião ordinária. A reunião foi presidida por Marisa Dias Lima, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos substituta e acompanhada pelo Coordenador-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior interino, Luiz Cláudio da Silva Souza na função de Secretário Executivo substituto. A reunião se iniciou com a votação pela apreciação da pauta, que foi aprovada pelos membros, contando apenas com uma abstenção – Carla Brum (ACAS). Dando continuidade, foi realizada a votação das atas das reuniões anteriores. A participante Carla Brum, da Associação de Crianças e Adolescentes Surdos (ACAS) informou a ausência, na primeira ata, de uma questão importante que tratava do transporte escolar intermunicipal e do material pedagógico, solicitando, portanto, a inclusão do referido assunto, que havia sido destacado pela própria participante na última reunião. Após essas considerações, foi realizada a votação: atas da 1ª e da 2ª reunião ordinária foram aprovadas com a ressalva de incluir o destaque anteriormente salientado. A ata da 1ª reunião extraordinária foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a presidente registrou a participação dos membros que estavam presentes na reunião. Estavam presentes os representantes das seguintes entidades: União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) – Aleli Izabel de Oliveira Abreu (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Nacional) – Antônio Campos de Abreu (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Sul) - Daltro Roque Carvalho da Silva Júnior (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Sudeste) – Flaviane Reis (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Cento Oeste) - Jeferson Soares Candia (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Norte) - Magno Prado Gama Prates (titular); Centro de Integração da Arte e Cultura dos Surdos (CIACS) – Ana Regina e Souza Campello (suplente); Associação Crianças e Adolescentes Surdos RS (ACAS) - Carla Beatriz Lopes Brum (titular); Associação Brasileira de Surdocegos (ABRASC) - Claudia Sofia Indalecio Pereira (titular); Coordenadoria Nacional de Jovens Surdos (CNJS) - Gabriel Franca do Couto (titular); Fórum Nacional de Educação (FNE) – Geovana Mendonça Lunardi Mendes (representando a entidade como convidada); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) - Guilherme Lourenço de Souza (titular); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) – Madalena Klein (titular); Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) - Marcelo Lucio Correia de Amorim (titular); Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) - Patrícia Luiza Ferreira Rezende (titular); Sociedade

Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) – Priscila Mara Ventura Amorim Silva (titular); Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos - Rosely Lucas de Oliveira (titular); Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) - Sueli de Fátima Fernandes (titular); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) – Cristina Lúcia Janine Lopes (representando a secretaria como convidada); Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) – Alliny de Matos Ferraz Andrade (representando a entidade como convidada). Estavam ausentes os representantes das seguintes entidades: Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Ensino Superior (SESu), Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e União Nacional dos Estudantes (UNE). A representante Cláudia Sofia, da Associação Brasileira de Surdocegos (ABRASC) solicitou a alteração do nome da instituição, que já havia sido informada anteriormente. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) informou que as modificações devem ser publicadas em portaria e, enquanto não houver a publicação, os nomes devem permanecer os mesmos. Informou ainda que o requerimento enviado por e-mail com essa solicitação foi acatado pela presidência, que já providenciou a retificação da portaria. O próximo ponto de pauta foi a apreciação do calendário de reuniões, que se dará da seguinte forma: 24 e 25 de abril de 2024, de forma presencial; 23 e 24 de outubro, de forma virtual. A representante Ana Regina, do Centro de Integração da Arte e Cultura dos Surdos (CIACS) questionou o funcionamento da reunião virtual. Marisa respondeu que o calendário de reuniões pode prever dois formatos para a realização dos encontros, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade remota. A presidente informou a dinâmica orçamentária e a necessidade de seguir o princípio da economicidade dos recursos. Ademais, em outubro há eleições municipais, o que pode ser uma dificuldade para a vinda de alguns membros. O representante Magno da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Norte) manifestou a preocupação com a complexidade da realização das reuniões na modalidade remota sobretudo para os surdocegos. Ainda, sugeriu que nas próximas reuniões presenciais haja um intervalo entre os dois dias de reunião. Cláudia Sofia (ABRASC) agradeceu a preocupação e disse que intervalos de 5 a 10 minutos são suficientes. Carla Brum (ACAS) perguntou se a próxima reunião (virtual) será realizada nos dois turnos. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) informou que depende da quantidade de pontos de pauta e recomendou deixar as agendas disponíveis. Marcelo Amorim da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) perguntou se titulares e suplentes podem participar da reunião virtual. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) respondeu que sim, e informou que neste caso, apenas o titular tem direito a voto. Esclarecidas as dúvidas, realizou-se a votação do calendário de reuniões, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a presidente Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) apresentou o relatório das ações da DIPEBS/SECADI no ano de 2023 e das ações previstas para o ano de 2024. Ana Regina

(CIACS) comentou que já participou de várias reuniões no Ministério da Educação e perguntou quais foram as mudanças ocorridas a partir da criação da DIPEBS. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) respondeu que o MEC tem esse olhar diferenciado para a educação de surdos e frisou o estabelecimento de diálogo e parcerias entre as secretarias e diretorias do Ministério da Educação, de forma a contemplar a educação bilíngue de surdos em suas ações. O participante Daltro Roque da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Sul) perguntou quais são os efeitos causados quando os recursos previstos no orçamento da DIPEBS não são utilizados. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) informou que o recurso volta ao MEC, que faz a redistribuição orçamentária. O participante Gabriel da Coordenadoria Nacional de Jovens Surdos (CNJS) expressou sua preocupação quanto ao Plano Viver sem Limite, que não contempla questões importantes da educação de surdos. Além disso, questionou sobre o repasse de recursos do PDDE às escolas, que não têm interesse na educação bilíngue de surdos. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) respondeu os questionamentos informando que o Plano Viver sem Limites é do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e frisou que serão apresentadas ações de incentivo, pelo Ministério da Educação, com relação ao PDDE para a modalidade de educação bilíngue de surdos, esse ano de 2024. Ana Regina (CIACS), em seguida, questionou sobre a elaboração das Diretrizes da Educação Bilíngue de Surdos. Marisa respondeu que a elaboração das Diretrizes é de competência do CNE que assegura a demanda e as discussões requeridas pela sociedade civil, e que as discussões sobre esse tema estão previstas na agenda de articulação da DIPEBS para fins de acompanhamento com a comissão do CNE. Marisa Lima ressaltou, ainda, a importância da CNEBS no amadurecimento de pontos importantes para a elaboração adequada das Diretrizes Educacionais. Ana Regina (CIACS), Sueli Fernandes (Abralín) e Antônio Campos (Feneis Nacional) ressaltaram a importância da criação de grupos de trabalho na comissão. Marisa Lima respondeu que o ponto suscitado já estava contemplado na pauta da reunião do dia seguinte. Em seguida, foi realizada a leitura do Regimento Interno da CNEBS, para apreciação dos membros que sugeriram acréscimos e supressões. Marisa esclareceu que o regimento precisa estar alinhado com os documentos das outras comissões da SECADI, seguindo a mesma estrutura. Informou também que encaminharia todas as recomendações realizadas pelos membros da CNEBS ao gabinete da SECADI para análise de recomendação de ajuste. Assim, iniciou-se a leitura do documento – o trecho sem destaque estaria automaticamente aprovado. A leitura foi concluída, tendo sido destacados os seguintes pontos: art 1º - incisos II e IV; art 2º - incisos II e VII, § 1º, § 2º; art 3º, incisos V e V, art 4º - parágrafo único; art 8º - incisos V, VII; art 11; art 14 - § 6; capítulo VI; art 16 – parágrafo único; art 17; art 20 - alínea c. Optou-se por encerrar a reunião após a leitura do regimento, deixando a discussão dos destaques para o dia seguinte. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e a Ata vai assinada por mim Luiz Cláudio da Silva Souza, que secretariei e transcrevi e pela presidente Marisa Dias Lima Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos substituta, Brasília/DF, 24 de abril de 2024.

ATA DO DIA 25 DE ABRIL DE 2024
3ª Reunião Ordinária da
Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 8h, na sala 621 do edifício sede do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco L, reuniram-se os membros da CNEBS (Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos), para dar continuidade à terceira reunião ordinária. A reunião foi presidida por Marisa Dias Lima, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos substituta e acompanhada pelo Coordenador-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior interino, Luiz Cláudio da Silva Souza na função de Secretário Executivo substituto. A presidente Marisa sugeriu inserir na pauta a continuidade da discussão do regimento da CNEBS, ao invés de abrir a discussão conceitual sobre a educação bilíngue de surdos, que estava prevista para essa reunião. A alteração do ponto de pauta foi aprovada por unanimidade. Marisa Lima (DIPEBS/ SECADI) verificou as instituições presentes na reunião. Estavam presentes os representantes das seguintes entidades: União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) – Alelis Izabel de Oliveira Abreu (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Nacional) – Antônio Campos de Abreu (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Sul) - Daltro Roque Carvalho da Silva Júnior (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Sudeste) – Flaviane Reis (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Cento Oeste) - Jeferson Soares Candia (titular); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis Norte) - Magno Prado Gama Prates (titular); Centro de Integração da Arte e Cultura dos Surdos (CIACS) – Ana Regina e Souza Campello (suplente); Associação Crianças e Adolescentes Surdos RS (ACAS) - Carla Beatriz Lopes Brum (titular); Associação Brasileira de Surdocegos (ABRASC) - Claudia Sofia Indalecio Pereira (titular); Coordenadoria Nacional de Jovens Surdos (CNJS) - Gabriel Franca do Couto (titular); Fórum Nacional de Educação (FNE) – Geovana Mendonça Lunardi Mendes (representando a entidade como convidada); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) - Guilherme Lourenço de Souza (titular); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) – Madalena Klein (titular); Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) - Marcelo Lucio Correia de Amorim (titular); Secretaria de Educação Básica (SEB) – Lourival José Martins Filho (titular); Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) - Patrícia Luiza Ferreira Rezende (titular); Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) – Priscila Mara Ventura Amorim Silva (titular); Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos - Rosely Lucas de Oliveira (titular); Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) - Sueli de Fátima Fernandes (titular); Secretaria de Educação Superior (SESu) - Itamá Rodrigues Silva Filho (suplente). Estavam ausentes os membros das seguintes instituições: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Fórum

Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE). Em seguida, foi dado início à palestra do INEP, ministrada pelos servidores Henrique Vieira de Jesus Santos, Aline Perfeito de Sousa e Adna Carvalho Pinheiro. Henrique foi o responsável por fazer a apresentação dos dados do Censo Escolar 2023, referente à Educação Bilíngue de Surdos. Em seguida, Francisco Marques, Coordenador-Geral de Avaliação, Monitoramento e Fortalecimento da Política da SECADI fez a apresentação referente os dados de sua coordenação, ressaltando o constante diálogo com o INEP para o aperfeiçoamento do Censo Escolar para a educação bilíngue de surdos. Concluídas as apresentações, a presidente Marisa Lima destinou um momento para uma rodada de perguntas, que foram respondidas pelos palestrantes. Finalizado esse bloco, foi feito um pequeno intervalo. No retorno, Marisa apresentou a servidora Cristina Ross (SECADI) que acompanhou a discussão e as recomendações de ajustes, assim como também as dúvidas referentes ao Regimento Interno da CNEBS. Preliminarmente, foi iniciada a leitura dos destaques do Regimento, objeto da reunião realizada no dia anterior. Iniciando no Capítulo I, o artigo 1º, incisos II e IV foram destacados por Sueli Fernandes (Abralin) que sugeriu, no inciso II, a substituição do verbo 'acompanhar' por 'contribuir', e no inciso IV, questionou se a CNEBS possui a prerrogativa legal de realizar a fiscalização dos recursos orçamentários descentralizados e empenhados. Marisa Lima (DIPEBS) informou que o texto do regimento está de acordo com a Portaria de criação da CNEBS (993/2023) e, portanto, não pode ser modificado. Sueli, portanto, sugere a inserção de um novo texto no capítulo referente a direitos e deveres. Outro destaque, feito por Guilherme Lourenço (Anpoll) é no Capítulo II, no artigo 2º, em que ele sugere que a redação fique mais clara, enfatizando que a CNEBS é composta por 1 titular e 1 suplente. Sueli Fernandes (Abralin) resalta a necessidade de inserir um parágrafo único sobre o estabelecimento de critérios de seleção das entidades que compõem a CNEBS. Magno Prado (Feneis norte) questiona se os outros ministérios não devem fazer parte da CNEBS e Marisa responde que essa é uma comissão exclusiva do MEC. Ana Regina (CIACS) questiona a não participação do Instituto Benjamin Constant na comissão e resalta a importância do Instituto na representação dos surdocegos. Marisa respondeu que o INES foi contemplado na CNEBS e que não houve reivindicação do IBC para compor a comissão. Continuando com os destaques do regimento, Magno (Feneis Norte) aponta o artigo 2º, parágrafo 2º que fala sobre o mandato de 2 (dois) anos dos membros. Sua preocupação é com relação aos Grupos de Trabalho – a troca dos membros durante a execução de um GT poderia ser prejudicial. Marisa Lima (DIPEBS) informa que o GT tem menor duração do que o mandato dos membros na comissão com duração de no mínimo 04 meses e no máximo 06 meses, conforme já pontuado no regimento. Cristina Ross (SECADI) enfatiza que o prazo de 2 (dois) anos para o mandato foi orientação da Consultoria Jurídica deste Ministério e que é possível que a instituição indique as mesmas pessoas para um novo mandato. Ana Regina (CIACS) questiona se o mandato dos membros da comissão se inicia com a aprovação do regimento. Marisa (DIPEBS) responde que o mandato se inicia com a publicação da portaria nº 993/2023. Sueli Fernandes (Abralin) afirma que deve constar no regimento a possibilidade de recondução do membro. Cristina Ross (SECADI) explica que, no pedido de indicação, que será enviado pelo MEC, constará a possibilidade de indicar as mesmas pessoas. No

entanto, Marisa Lima (DIPEBS) pontua que as entidades têm autonomia de indicação, portanto o MEC não pode induzir à recondução dos membros. Fica a critério da entidade a recondução ou uma nova indicação. Guilherme Lourenço (Anpoll) afirma que não é preciso constar a possibilidade de recondução no regimento, uma vez que, se não há vedação, logo, é permitido. Outro ponto de destaque foi, no Capítulo III, o artigo 3º, em que constava duas vezes o inciso 'V' – será encaminhado para a correção. O próximo destaque foi feito pela participante Madalena Klein (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED), que solicitou a correção do texto do parágrafo único do artigo 4º. A correção foi feita (retirada a referência à Coordenação-Geral Bilíngue de Educação Básica e Educação Superior). Outro ponto de destaque, feito pela participante Sueli Fernandes (Abralín), foi, no Capítulo IV, o artigo 8º, inciso VII, que trata da necessidade de garantir a divulgação das publicações e comunicados da Comissão em formato bilíngue. Marisa (DIPEBS/SECADI) sugere pensar futuramente sobre como seria feita a padronização dessas produções em vídeo. Guilherme Lourenço (Anpoll) sugere acrescentar, no artigo 6º, o inciso III, que visa assegurar a garantia dos direitos linguísticos e das diferentes formas de comunicação e expressão dos membros. Ana Regina destaca o parágrafo 3º do artigo 11 (Capítulo V), que trata da solicitação de reunião por dois terços dos membros da comissão, caso não haja reunião ordinária no prazo regimental. A participante sugere que a reunião seja agendada 30 (trinta) dias após a solicitação. Gabriel Franca (CNJS) faz um destaque no artigo 14, sugerindo substituir o termo 'teams' por 'plataforma virtual oficial do Ministério da Educação'. Flaviane Reis (Feneis Sudeste) enfatiza a inserção de um inciso referente a intérpretes e problemas técnicos nas reuniões virtuais. Guilherme (Anpoll) sugere que esse ponto seja inserido no inciso V, do parágrafo 6º, do artigo 14. Outro ponto destacado foi o Capítulo VI 'Dos direitos e deveres'. Guilherme Lourenço (Anpoll) sugere uma nova redação para o título: Dos membros da CNEBS. Também sugere que este Capítulo esteja anterior ao Capítulo V 'Das Reuniões'. Sueli Fernandes (Abralín) destaca o artigo 15 para inserir o texto: "Contribuir com subsídios teórico-conceituais e propostas de ação para implementação da Política de Educação Bilíngue de Surdos" e "Acompanhar, fiscalizar e sugerir medidas de aplicação de recursos financeiros destinados à projetos e programas da Política de Educação Bilíngue de Surdos". Após essa inserção, é feito intervalo para o almoço e foi determinado o retorno às 14 horas. No retorno, os participantes continuaram a discussão sobre o regimento. Marisa Lima sugere substituir, no texto do regimento, 'programas e projetos' por 'programas e ações'. Informa também que todas as siglas estarão por extenso no texto. Guilherme Lourenço (Anpoll) recomenda substituir o verbo 'sugerir' por 'indicar' no artigo 16, parágrafo único. Sueli (Abralín), no artigo 17 (Capítulo VII), questiona se a Comissão poderia se manifestar por meio de nota técnica. Marisa Lima afirma que a elaboração de nota técnica é competência da Dipebs, que a faz com base nos relatórios encaminhados pelos membros da comissão, na conclusão do grupo de trabalho. Concluída a apreciação do regimento, Marisa Lima (DIPEBS) comunica que o novo texto do regimento será submetido ao gabinete da Secadi. Em seguida, será marcada reunião extraordinária da CNEBS para aprovação. Gabriel Franca (CNJS) sugere aprovar com ressalva – caso haja alguma alteração significativa por parte do gabinete, a DIPEBS se compromete a apresentar à comissão. Assim, o regimento é aprovado com

ressalvas pelos membros, com apenas uma abstenção (Carla Brum – ACAS). Marisa Lima explica que o regimento será publicado e que a ata será encaminhada para aprovação dos membros via e-mail. Finalizado esse ponto, inicia-se a discussão referente aos grupos de trabalho (GTs). Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) explica que o GT é um grupo técnico, que vai fazer apontamentos que irão subsidiar os programas da DIPEBS e do Ministério da Educação. Marisa Lima (DIPEBS) apresenta a proposta de 5 temas para os Grupos de Trabalho, frisando que devem ser selecionados até 4. Os membros da comissão sugerem manter os 5, mas Marisa Lima esclarece que o regimento prevê apenas 4 GTs por ano. Os GTS sugeridos são: (i) Alfabetização – aprendizagem, (ii) Escola em Tempo Integral – estrutura, (iii) Mecanismos / instrumentos de avaliação linguística – Libras Português, (iv) Política linguística de Educação Bilíngue de Surdos, (v) Formação inicial e continuada. Após votação, foram definidos os seguintes Grupos de Trabalho (GT): (i) Alfabetização – aprendizagem, (ii) Escola em Tempo Integral – estrutura, (iii) Mecanismos / instrumentos de avaliação linguística – Libras Português, (iv) Política linguística de Educação Bilíngue de Surdos. Cada membro da Comissão manifesta interesse de participação em grupos de trabalho específicos. Marisa Lima explica que a portaria de criação dos Grupos de Trabalho será tramitada e as atividades dos GTS se iniciarão somente após a publicação. Guilherme Lourenço propõe a retirada de membros do GT em caso de falta injustificada nas reuniões do Grupo de Trabalho. Todos aprovam a proposta, com exceção de Flaviane Reis (Feneis Sudeste), que se abstém. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às 16h e 55 minutos e a Ata vai assinada por mim, Luiz Cláudio da Silva Souza, que secretariei e transcrevi e pela presidente substituta Marisa Dias Lima, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos substituta, Brasília/DF, 25 de abril de 2024.

Luiz Cláudio da Silva Souza

Secretário-Executivo da Comissão - substituto

Marisa Dias Lima

Presidente da Comissão - substituta